

LEI COMPLEMENTAR N. 24, DE 02 de Setembro de 2015.

“Fixa percentual das alíquotas da contribuição previdenciária devida ao Fundo de Previdência Social do Município de João Ramalho conforme o plano de custeio para 2015, a que se refere o artigo 61, da Lei n. 455/93, de 19.01.1993 e dá outras providências”.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO**, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, **FAÇO SABER** que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. A alíquota da contribuição social do Município, através dos órgãos do Poder Legislativo e Executivo, inclusive de suas autarquias e fundações, para o custeio do Regime Próprio de Previdência do Município de João Ramalho, permanece fixada em **15% (quinze por cento)** incidente sobre a remuneração dos servidores ativos.

Art. 2º. A alíquota da contribuição social dos segurados ativos, inativos e pensionistas do Regime Próprio de Previdência do Município de João Ramalho, a que se refere o *artigo 61 da Lei n. 455/93, de 19.01.1993*, permanece fixada em **11% (onze por cento)** sobre os vencimentos, pensões ou proventos integrais, não se levando em consideração as deduções efetivadas.

Parágrafo único. A contribuição dos inativos e pensionistas incide apenas sobre a parcela do benefício que excede o teto dos benefícios do *Regime Geral da Previdência Social – RGPS*, cujo valor para o exercício financeiro de 2015 corresponde a R\$ 4.663,75 (quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme a Portaria Interministerial MPS/MF nº 13, de 9 de janeiro de 2015.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Ramalho, 02 de setembro de 2015.

PATRÍCIA APARECIDA PACIFICO
Presidente